

Um retrato preocupante da Segurança Pública no ambiente da COVID-19

Como lidar com a falta de efetivo e com condições mínimas de trabalho, além das jornadas excessivas, descaso do Poder Público e a continuidade da atividade em meio ao caos?

Elisandro Lotin de Souza e Everson Henning
31 de março de 2020

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Policiais na cidade de Porto Alegre, onde pelo menos 255 policiais militares afastados por suspeita de coronavírus

Na pandemia de coronavírus, o profissional da Segurança Pública lida com os problemas habituais da profissão somados ao aumento da carga horária, risco elevado de infecção no ambiente de trabalho, falta de equipamentos de proteção e de prevenção, causando o medo de ser infectado e de contagiar seus familiares. Nas redes sociais, são muitos os relatos de policiais que se isolaram de forma espontânea em quartéis e delegacias para proteger suas famílias do risco de contágio.

No dia 23 de março, o portal da *Rádio Gaúcha* deu a notícia de que 255 integrantes da Brigada Militar estavam afastados por suspeita de coronavírus. Reportagem do dia 26 de março do jornal *O Dia* informou que aproximadamente 300 PMs do Rio de Janeiro foram afastados com suspeita de infecção. Isso impacta a vida de todos nas corporações, pois reduz o já insuficiente efetivo das polícias, sobrecarregando aqueles que continuam em atividade.

A crônica falta de prioridade das autoridades nos serviços públicos essenciais também fica mais evidente nesses momentos de calamidade: falta de efetivo, falta de equipamentos de segurança e proteção contra o contágio e demora na aquisição de materiais. Também é perceptível em praticamente todos os estados a falta de um plano emergencial, um projeto que antecipe medidas em casos como este.

"Hoje, por questão de respeito às minhas filhas e esposa, não vou em casa para jantar, como não fui para o almoço. Vou ficar direto na Unidade Policial para ajudar no que for preciso à sociedade, cumprir meu dever, meu papel", declarou o agente da Polícia Civil de Santa Catarina, Anderson Vieira Amorim, em sua página no *Facebook* no dia 20 de março.

Muitos outros policiais aumentaram a carga de trabalho nestas últimas semanas, uns para cumprir as determinações de reforço do policiamento, outros para cobrir a falta dos colegas infectados ou com suspeita de infecção. O caos na segurança pública só não é maior porque os números de roubos, furtos e homicídios diminuíram. Levantamento da revista *Época*, publicado no dia 26 de março, mostra a diminuição de 35% dos homicídios e 28,6% dos roubos no estado do Rio de Janeiro. A pandemia botou até o crime na quarentena.

Além dos policiais infectados ou com suspeita de infecção, ocorre o afastamento de profissionais que têm casos confirmados na família. Algumas corporações tentam montar uma "reserva de emergência", formada essencialmente por policiais que trabalham no setor administrativo. Mudanças de escalas também foram impostas, alterando a jornada de trabalho de 12 para 24 horas. Equipes foram suprimidas, dobrando a jornada daqueles que permanecem saudáveis.

Alguns estados possuem legislação que permite o pagamento de horas extras e, em outros, a escala adicional é compensada com banco de horas, como em Santa Catarina. Mas a regra geral é o trabalho gratuito nessas situações - o aumento da jornada sem qualquer tipo de compensação. A exceção ocorre com a boa vontade de alguns comandantes, que dão folga por conta própria, mesmo sem uma legislação que dê respaldo nessas situações.

A falta de equipamentos de prevenção também é uma preocupação constante entre os profissionais da Segurança Pública. A necessidade de garantir luvas, máscaras e álcool em gel para policiais e bombeiros tem motivado ações mais incisivas por parte das entidades representativas. O subtenente Eliabe Marques, representante da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM e do Bombeiro do Rio Grande do Norte, relata que precisou recorrer ao Poder Judiciário para garantir proteção aos associados: "Ingressei, nesta segunda-feira (23), com mandado de segurança requerendo ao Governo do estado a disponibilização de todo o material preciso para a prevenção à infecção da COVID-19 em policiais e bombeiros militares que estão em serviço. Até o momento não foi oferecido nenhum equipamento de proteção aos agentes".

No dia 18 de março, o deputado estadual Soldado Prisco, da Bahia, filmou uma operação barreira nas ruas de Salvador e publicou em sua página no *Facebook*. A filmagem mostra os policiais abordando os cidadãos sem máscaras, sem luvas, sem qualquer equipamento de proteção. "Sem sentido algum, para nada. Não preservando os policiais. Não estão usando máscara, não tem álcool gel, trazendo assim o risco para os policiais e para a população, que simplesmente está sendo abordada". Em seguida o parlamentar vira a câmera e mostra outra abordagem em andamento, com os policiais completamente desprotegidos. Prisco, que também é presidente da Associação Nacional dos Praças da PM e do Bombeiro, afirma que vai entrar com medida judicial para impedir situações como esta, e orienta para que as associações nos estados façam o mesmo.

A ronda nos estabelecimentos comerciais, que antes era preventiva e para reprimir furtos e roubos, agora se transforma em ronda para prevenir contravenções dos próprios comerciantes. Em uma sociedade marcada pelo acentuado individualismo, ganha destaque o caráter educativo da função policial, para além do preventivo e repressivo. Sobra para os policiais a árdua tarefa de "educar" as pessoas para o bem coletivo, de mandar - muitas vezes com o uso da força - os inúmeros teimosos egoístas para dentro de casa.

Proteger o cidadão da autofagia coletiva tem sido a maior tarefa das polícias durante a pandemia. Dalchem Viana, cabo do Corpo de Bombeiros Militar e Subcoordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil do Rio Grande do Norte, defende mais diálogo das autoridades com os profissionais da ponta para enfrentar as situações novas que surgiram com a COVID-19. "A pandemia coloca os operadores de segurança pública no centro da crise, pois com os decretos estaduais cada vez mais restritivos em relação a locomoção dos cidadãos, imprescindíveis por sinal, o agente passa a exercer funções relacionadas à saúde pública e vigilância sanitária. Portanto, é fundamental o diálogo entre os profissionais da saúde e os da segurança. Sobretudo com os que sempre estiveram na linha de frente da ostensividade, os praças da PM, Corpo de Bombeiros, além dos guardas municipais. Para além disso, os planos de contingência e de resposta devem dialogar com esses profissionais e as orientações devem ser mais claras, sob pena de haver desconexão dos planejamentos com o que efetivamente é feito nas ruas, como historicamente já ocorre no falho sistema de segurança pública brasileiro".

O policial exerce uma atividade essencial, que não pode parar nunca, que deve ser mantida e até fortalecida em tempos de crise, em tempos de emergência social. Ele não precisa de tratamento especial ou privilegiado, mas simplesmente de um tratamento que leve em consideração esse exercício de atividade primordial para a vida em sociedade. Na atividade cotidiana, e em especial na atual situação de calamidade, a realidade do policial se parece muito com a de outros trabalhadores de serviços essenciais, como os servidores da Saúde: falta de efetivo, falta de condições mínimas de trabalho, jornadas excessivas, descaso do poder público e a continuidade do trabalho em meio ao caos. A manutenção do serviço público com o risco da vida e da saúde define a distância segura que separa a civilização e a barbárie.

Elisandro Lotin de Souza

Presidente do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É Policial Militar, especialista em Ciências Penais em Segurança Pública, e mestre em Gestão de Políticas Públicas

Everson Henning

Policial Militar, Especialista em Segurança Pública e Mestre em Sociologia Política. Diretor da Associação Nacional de Praças (Anaspra)

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-5mxbj-qedcf-3eoys-26r5h-am2ce-n2rut-o2ncc>

